

AS NÃO COINCIDÊNCIAS DO DIZER E SEUS EFEITOS PERSUASIVOS EM ARTIGOS DE POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

THE NON-COINCIDENCES OF THE SAYING AND ITS PERSUASIVE EFFECTS ON SCIENTIFIC POPULARIZATION ARTICLES

Carlos Eduardo Silva Pinheiro

RESUMO: A partir dos estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa em Linguística Textual (GELT/UNILAB) acerca da relação entre a teoria das Heterogeneidades Enunciativas (AUTHIER--REVUZ, 1990, 1998, 1999, 2004) e a Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) (AMOSSY, 2017), este trabalho objetiva analisar as não coincidências do dizer, um tipo especial de heterogeneidade, como estratégias persuasivas em artigos de popularização da ciência publicados na revista *Nova Escola*. As não coincidências do dizer são formas reflexivas utilizadas no texto por uma inquietude crítica do locutor diante do seu próprio dizer. Nossa hipótese é de que essas marcas de reflexividade apontam para um fazer argumentativo do locutor em negociação com o interlocutor, que busca a expressão mais adequada à persuasão. As etapas da pesquisa foram assim definidas: a) localizamos os trechos com não coincidências do dizer e classificamos as marcas encontradas a partir da tipificação proposta em nosso estudo (não coincidências entre os discursos e não coincidências das palavras com os referentes) (BRITO, 2016); b) analisamos o contexto discursivo em que elas aparecem e interpretamos a que finalidade argumentativa elas se prestam. Consideramos que as não coincidências do dizer promovem uma modificação complexa da significação, pois apontam diretamente para o surgimento de uma exterioridade no fio do discurso e, portanto, assinalam um distanciamento protetor do locutor em relação a seu enunciado. Nesse sentido, as estratégias persuasivas variam conforme a posição assumida pelo locutor em seu texto, fazendo com que ele tenha que lidar com diferentes vozes para se proteger de julgamentos do interlocutor e se tornar, assim, mais persuasivo.

Palavras-chave: heterogeneidades enunciativas; estratégias persuasivas; teoria da argumentação no discurso.

ABSTRACT: From the studies developed in the Grupo de Pesquisa em Linguística Textual (GELT/UNILAB) about the relation between the theory of Enunciative Heterogeneities (AUTHIER-REVUZ, 1990, 1998, 1999, 2004) and the Theory of the Argumentation in Discourse (TAD) (AMOSSY, 2017), this paper aims to analyze the non-coincidences of the saying, a special type of heterogeneity, as argumentative strategies in scientific popularization articles published in the magazine *Nova Escola*. The non-coincidences of the saying are reflexive marks, established in the text from the critical inquietude of the locutor before his own saying. Our hypothesis is that these marks of reflexivity point towards an arguing of the locutor in negotiation with the interlocutor who seeks the most appropriate expression to persuade. The stages of the research were thus defined: a) we located the excerpts with the non-coincidences of the saying and classified the marks we found based on the typification proposed in our study (non-coincidences between the discourses and non-coincidences between the referents) (BRITO, 2016); b) we analyzed the discursive context in which they appear

and interpreted to which argumentative purpose they were used. We considered that the non-coincidences of the saying promote a complex modification of the meaning, since they point directly to the emergence of an exteriority in the text and, hence, indicate a protective detachment of the locutor in relation to his/her text. In this sense, the argumentative strategies vary according to the position assumed by the locutor in his/her text, making him/her have to deal with different voices in order to protect himself/herself from the judgments of the interlocutor and, thus, become more persuasive.

Keywords: Enunciative Heterogeneities; Persuasive Strategies; Theory of the Argumentation in Discourse.

1. INTRODUÇÃO

Argumentar é humano. Compreender esta afirmação implica reconhecer que as relações de interação sociocomunicativa, mediadas pela utilização de gêneros discursivos, são orientadas pelo propósito de agir sobre o outro, intencional ou espontaneamente, modificando modos de pensar, agir e sentir. Para isso, são utilizadas diversas estratégias de construção de sentido, que vão desde a seleção das palavras mais adequadas aos propósitos comunicativos dos falantes ao complexo conjunto de conhecimentos (linguístico, enciclopédico e interacional, por exemplo) envolvidos no processamento textual.

Nos últimos anos, os diferentes modos de agir através da linguagem verbal e não verbal têm sido foco investigativo de muitas análises linguísticas, principalmente no campo da Linguística Textual (Cf. Fonseca (2011), Koch; Elias (2016), Brito (2016) e Cavalcante; Brito (2017), para citar alguns estudos recentes nessa área de investigação).

Em síntese, essas pesquisas demonstram que argumentar é uma competência humana e que os mecanismos responsáveis por instaurar o fazer retórico no texto estão relacionados às escolhas realizadas pelos participantes da enunciação no percurso do jogo verbal, com o objetivo de tornar o seu dizer mais persuasivo e, conseqüentemente, atingir, seus propósitos comunicativos.

Também o fato de que em algum momento somos solicitados a assumir um ponto de vista - seja por afirmações constatativas cientificamente comprovadas, mas não por isso isentas do debate público, como *A Terra gira em torno do sol* ou *O Brasil é um país da América do Sul*, seja pela proposição de uma ideia que, inevitavelmente, excite o

conflito de pontos de vistas como *O impeachment da presidente brasileira Dilma Rousseff foi, na verdade, um golpe político* - revela que agir sobre o outro é uma competência humana, pois, conforme sugere Ruth Amossy (2017), toda enunciação possui uma dimensão argumentativa, isto é, parte de uma intencionalidade que, por mais “inocente” que seja, causa uma consequência imediata no interlocutor.

Estudar a argumentação e seus efeitos nos jogos de linguagem tem, então, uma finalidade prática porque as constatações fornecem elementos para o estudo do texto em sua dimensão mais ampla, qual seja, o uso cotidiano da linguagem nas mais variadas situações sociais. Nesse sentido, considerando que o sujeito recorre a estratégias textuais para tornar o seu dizer mais persuasivo, acreditamos que a análise dessas estratégias pode colaborar bastante para os estudos em argumentação.

Este estudo traz para o escopo da Linguística Textual uma reflexão sobre algumas finalidades discursivo-retóricas das marcas de não coincidência do dizer em artigos de popularização da ciência da revista *Nova Escola*. Esta pesquisa responde a uma tendência contemporânea de investigar a linguagem na perspectiva do uso e pretende, ainda, contribuir para o desenvolvimento da retroalimentação teórica e disciplinar que há muito vem ocorrendo entre a Linguística Textual e outras disciplinas ou áreas de conhecimento, já que relaciona a abordagem discursiva da argumentação, de Ruth Amossy (2007, 2017) e as funções discursivas das formas metaenunciativas propostas por Charaudeau e Maingueneau (2008) à teoria das Heterogeneidades Enunciativas, de Jacqueline Authier-Revuz (1999, 2004), seguindo orientação sugerida originalmente por Fonseca (2011), mas até recentemente ignorada pelos estudos da argumentação.

2. Heterogeneidades Enunciativas e a presença do O/outro no discurso

Para Authier-Revuz (1990; 1998; 2004), a língua é afetada por uma alteridade que lhe é constitutiva e que pode se revelar na linearidade discursiva (no cotexto) sob diferentes formas de marcação. Em seu estudo, a autora propõe dois modos pelos quais o não-um se apresenta no texto: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada. A primeira seria o princípio inerente à existência do sujeito e que fundamenta

a própria natureza da linguagem; a segunda, linguisticamente descritível, testemunha as negociações do sujeito com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso.

A autora (1990) classifica as formas mostradas do fenômeno da heterogeneidade constitutiva em dois grupos, a saber, a heterogeneidade mostrada marcada e a heterogeneidade mostrada não marcada. Authier-Revuz considera como “marca” apenas o apontamento gráfico da heterogeneidade (as aspas, negrito, itálico, discurso reportado etc.). As estruturas consideradas como não marcadas, por sua vez, são as ocorrências de lapsos na linguagem.

Brito (2010), entretanto, propõe uma revisão conceitual dessa classificação e afirma que, ao considerar os lapsos de linguagem como não marcados, Authier-Revuz limita a presença da voz do outro apenas às marcas de representações formais que o locutor faz advirem conscientemente.

Desse modo, ocorrências de lapsos como os dos exemplos abaixo seriam formas não marcadas da alteridade no texto:

(1) “As análises realizadas com base no *esgoto* dessa pesquisa [...]” (*Escavando o discurso e encontrando o sujeito: uma arqueologia das heterogeneidades enunciativas*, Carlos Magno Viana Fonseca, 2007, p. 150)

(2) “Vou mudar o rumo desta *prova*.”

(Programa Papo de segunda – tema Preconceito – Marcelo Tas em 05/10/2015)

Nos dois casos, há um afastamento do sujeito em relação ao seu próprio dizer, fato que marca a presença de um o/Outro, de uma outra voz, mesmo que não trazida conscientemente pelo sujeito¹. Por isso, Brito (2010) defende que os lapsos também são formas de marcação da heterogeneidade, embora não assinalados graficamente.

De modo geral, o estudo de Authier-Revuz fundamenta-se em dois exteriores teóricos: a proposição bakhtiniana de que a interação com o discurso outro é lei constitutiva de qualquer discurso e a noção lacaniana de sujeito dividido, isto é, estruturalmente clivado pelo inconsciente. A autora justifica a convocação destes

¹ Segundo a teoria psicanalítica, o sujeito é, por definição, dividido entre a representação que faz de si mesmo ao se assumir como um ‘eu’ que fala, já que só é sujeito quando fala, e o Outro que lhe é constitutivo, entendido como as vozes do inconsciente que afloram na superfície do texto.

exteriores argumentando que ambos “destituem o sujeito do domínio de seu dizer” (AUTHIER-REVUZ, 1999, p. 17).

Brito (2010) assume que Authier-Revuz proporciona uma “revolução” nos estudos linguísticos ao convocar a psicanálise freudo-lacaniana para a base epistemológica de uma investigação linguística, pois coloca em cena uma concepção de sujeito que destoou da noção amplamente aceita pelos estudos da linguagem até o final da década de 1980, qual seja, a ideia de um sujeito dono do seu dizer e dos sentidos que seus textos veiculam. Para Authier-Revuz, o sujeito não domina por completo o seu dizer e é nessa falha constitutiva do seu discurso que surge a presença do O/outro².

Desse modo, a autora descreve, caracteriza e sistematiza uma série de formas linguísticas, identificáveis no cotexto, que revelam a negociação obrigatória do sujeito com as falhas que constituem o seu dizer. Essas formas se apresentam como um modo complexo de enunciar associado à autorrepresentação opacificante³ do dizer e compartilham entre si uma mesma configuração enunciativa, que Authier-Revuz (1999) categoriza como *modalização autonímica*, noção formulada pela autora a partir do conceito semiótico de “conotação autonímica” proposto por J. Rey-Debove (1978) e que compreende o acúmulo de uso e menção de uma expressão linguística. Podemos ver esta distinção nos seguintes exemplos:

(3) A palavra impeachment tem onze letras.

(4) O “**impeachment**” da presidente brasileira Dilma Rousseff foi decidido em 2016.

(5) O **impeachment**, /ou golpe se preferir,/ da presidente Dilma Rousseff foi decidido em 2016.

² Segundo a teoria psicanalítica, o sujeito é, por definição, efeito de linguagem, pois dividido entre a representação que faz de si mesmo ao se assumir como um ‘eu’ que fala, já que só é sujeito quando fala, e o Outro que lhe é constitutivo, entendido como as vozes do inconsciente que afloram na superfície do texto.

³ Authier-Revuz (2004) propõe a noção de *opacificação* do dizer opondo-a à ideia de *transparência* do sentido para tratar dos casos enunciativos em que o signo se interpõe como objeto no cotexto e, por isso, não se realiza “simplesmente”, mas se desdobra sobre si, complexificando-se, tornado-se, assim, opaco, não transparente.

Há, nos enunciados acima, clara diferença no estatuto semântico e, a nosso ver, persuasivo do termo *impeachment*. Em (3), a palavra *impeachment* constitui uma menção, tem uso metalinguístico, e seu referente é o próprio vocábulo, como a expressão referencial deixa transparecer. A expressão é tomada em seu sentido transparente e aponta para a própria forma linguística.

No enunciado (4), contudo, já há uma opacificação do sentido da palavra *impeachment* pelo recurso do aspeamento, o que ativa um processo de interpretação que considera outros sentidos para além daquele do uso transparente. Nesse caso de conotação autonímica, tem-se a sugestão de que o signo linguístico em análise pode ser interpretado ou como um “impeachment legítimo” ou como um “impeachment não legítimo”. Além disso, o processo de conotação da palavra “impeachment” pode revelar que o locutor não concorda com o uso desse termo e, que, ao invés de substituí-lo por outra expressão linguística que, porventura, poderia prejudicar sua face (como “impeachment não legítimo” ou “golpe político”), apenas se distancia dele com o uso das aspas.

Em (5), há a consideração consciente da heterogeneidade constitutiva do termo “impeachment” no contexto em que está sendo utilizado. Assim, a expressão modalizadora “ou golpe se preferir”, que revela a consideração de duas comunidades discursivas diferentes como possíveis interlocutores, é uma estratégia de persuasão que visa evitar uma possível reação do grupo que não compreende o impeachment da presidente Dilma Rousseff como um processo político-criminal legítimo, mas como um golpe político.

Trata-se, portanto, de uma estratégia programada de orientação argumentativa que tem como fundamento um recurso de preservação das faces, visto que leva o interlocutor a compreender a expressão *impeachment* como x ou y, a depender de sua inclinação política, evitando a potencial geração de conflito na interação.

As diferenças nos processos autonímicos nos enunciados supracitados consistem no fato de que no primeiro caso ocorre apenas a menção da expressão “impeachment”, que é tomada como estrutura linguística cujos efeitos discursivos não são os mesmos das duas outras ocorrências. No segundo caso, entretanto, ocorre o uso do termo em questão, visto que seus sentidos potenciais são fundamentais para o processo

interpretativo do enunciado. No terceiro caso, por sua vez, ocorre o acúmulo de uso e menção ao qual Authier-Revuz (1999) chama de “modalização autonímica”.

Authier-Revuz (1999) classifica as formas de modalização autonímica em dois grupos: o das formas segmentais e o das formas suprasegmentais. As estruturas suprasegmentais (aspas, itálico, negrito) são exemplificadas em (6)⁴, primeiramente, pela combinação com uma marca segmental de não coincidência do dizer e, em seguida, pela marcação isolada do discurso citado:

(6) Há duas semanas, jovens ocupavam **“pacificamente”** - *para usar o termo preferido de quem acha a juventude vândala* - a Praça dos Leões quando a Guarda Municipal disparou balas de borracha com gritos de **“acabou a festa”**. (Artigo *Policial que chuta policial*, de Iana Soares, 2016, O Povo online)

O outro grupo proposto pela autora é o das formas segmentais, representadas pela opacificação do elemento X (em negrito) pela retomada reflexiva de seu autocomentário (em itálico). Dentre essas formas segmentais, a autora descreve as figuras do bem dizer, como em (7):

(7) **Bandidos**. *Não existe outra palavra*. Bandidos. (Artigo *Bandidos usam camisas de time de futebol como máscaras*, de Luiz Zini Pires, GaúchaZH)

As figuras do bem dizer, como na estrutura “não existe outra palavra”, evidenciam a escolha “correta” das palavras empregadas pelo locutor, por isso a autora as chama de “coincidências do dizer”.

As formas segmentais mais recorrentes são aquelas a que a autora chama de não coincidência do dizer, como em (8), que, de formas diversas, refletem acerca do estatuto do próprio enunciado, comentando-o pela especificação de um outro registro

⁴ Os exemplos foram extraídos de um *corpus* de cem casos de modalização autonímica coletados por Brito (2016) em artigos de popularização da ciência, comentários de leitores da página da *Folha de S. Paulo* no Facebook e notícias publicadas na internet.

textual, de uma outra modalidade de consideração do sentido, de uma outra palavra, de um outro interlocutor etc.

- (8) O educador não pode **vendre la mère**, como dizem os franceses. (Artigo *Contexto e contextualização nos processos de ensino de aprendizagem da matemática*, de Sado Ag Almouloud, revista *Nova Escola*, edição 270)

As não coincidências do dizer se caracterizam por uma propriedade de reflexividade metaenunciativa. Elas realizam um movimento de laçada reflexiva no contexto que torna o enunciado o próprio objeto da enunciação.

Authier-Revuz (1998) classifica as não coincidências do dizer em quatro categorias, cada uma podendo cumprir funções discursivas específicas. São elas:

1. Não coincidência interlocutiva (entre os participantes da enunciação): estas marcas apontam o distanciamento entre locutor e interlocutor. São estruturas que assinalam que os coenunciadores não compartilham, imediatamente ou de modo algum, um mesmo sentido de um enunciado. Por exemplo, “digamos X”; “X, compreenda...”; “X, se você prefere”; “X, se você vê o que quero dizer”; “X, como ousa dizer” etc.

2. Não coincidências do discurso consigo mesmo (do enunciado consigo mesmo): assinalam a presença de enunciados pertencentes a outros discursos. Por exemplo, “X, como diz Y.”; “Para retomar as palavras de X”; “X, no sentido em que Y emprega” etc.

3. Não coincidências entre as palavras e as coisas: evidenciam o desejo do enunciador de fazer uso da “palavra certa”, plenamente adequada àquilo que deseja nomear. Estas formas revelam que não existe uma correspondência exata entre o dito e o que se quis dizer, mas que o enunciador tentou superar esta falha buscando uma expressão mais ou menos adequada. Por exemplo, “ousou dizer X”; “X, por assim dizer”; “X, maneira de dizer”; “X, eu falho dizendo Z”; “X, propriamente dito” etc.

4. Não coincidência das palavras consigo mesmas: apontam para a necessidade de se compreender um sentido específico para determinada palavra indicando na superfície do texto o caráter de polissemia, homonímia, trocadilho etc.

deste termo. Por exemplo, “X, em todos os sentidos do termo”; “X, em sentido próprio, figurado”; “X, não no sentido Y”; “X, nos dois sentidos” etc.

Authier-Revuz (1982) considera que, além de desempenharem estratégias comunicacionais, como a precaução, a diferenciação e a especificação do sentido, as formas de representação dos fatos de não coincidência manifestam de modo não intencional a negociação obrigatória de todo enunciador com a heterogeneidade que lhe é constitutiva e que atravessa o seu dizer.

Sobre esse processo de negociação, Brito (2010) esclarece:

[...] essa negociação assume a forma de uma denegação, na qual, segundo Settineri (1997), a emergência pontual do não-um é mostrada e ao mesmo tempo obturada, isto é, o sujeito movido pela ilusão, necessária, de ser o centro de sua enunciação, e ao mesmo tempo impossibilitado de escapar da heterogeneidade que o constitui, abre, em seu discurso, o espaço para o não-um, por um processo que procura mostrar como homogêneo o que é heterogêneo em sua essência. (2010, p. 36)

Dessa forma, o aparecimento de uma não coincidência do dizer na linearidade da superfície textual atua como uma máscara de vidro porque revela mais do que esconde. Esta negociação do sujeito com as imperfeições da linguagem evidencia a tentativa de disfarçar com ataduras a ferida exposta – a heterogeneidade constitutiva -, sem eliminá-la do caminho enunciativo.

Visando melhor compreender a classificação de Authier-Revuz (1998) para as não coincidências do dizer, propomos, para efeito de análise argumentativa, um enxugamento de sua proposta reagrupando os quatro tipos em dois grandes blocos. O primeiro abarcaria as duas primeiras não coincidências: as interlocutivas e as interdiscursivas, tendo em vista que elas estão no mesmo campo relacional, ou seja, são, em seu âmago, da ordem do apelo dialógico. Authier-Revuz afirma que estes dois desvios (das duas primeiras não coincidências) estão inscritos respectivamente na relação com o outro interlocutor e com outro discurso, por isso são examináveis a partir do quadro do dialogismo bakhtiniano. O mesmo não ocorre com as duas outras não coincidências, que concernem ao “real” da língua - como forma e como espaço de equívoco, em que escapam os desejos do inconsciente.

Chamamos este primeiro bloco (das não coincidências interlocutivas e interdiscursivas) de *não coincidência entre os discursos*. A palavra *discurso* é tomada aqui no sentido benvenistiano, de uso. Neste caso, *discurso* remete tanto a outro como interlocutor, quanto a um outro tipo discursivo. Para a análise de nosso exemplário, tomar as não coincidências em bloco, como propusemos, é mais produtora para a associação que tentamos estabelecer com estratégias persuasivas possíveis, sem perder de vista a essência da teoria revuziana.

Chamamos ao segundo bloco de *não coincidência entre as palavras e os referentes*. Este bloco diz respeito aos desvios da não coincidência entre as palavras e as coisas e da não coincidência das palavras consigo mesmas. Entendemos que, para nossos fins analíticos, as não coincidências entre as palavras e as coisas e entre as palavras e elas mesmas podem ser examinadas numa mesma categoria por pertencerem a um mesmo plano de relação de significado e de referência. Propusemos a junção destas duas não coincidências, principalmente por acreditarmos que significado (entre as palavras e elas mesmas) e referência (entre as palavras e as coisas) são dois aspectos do signo que precisam ser analisados sempre juntos, numa perspectiva sociocognitivo-discursiva, pela qual se pauta a Linguística Textual.

Como dissemos, este trabalho objetiva refletir sobre o emprego de marcas de não coincidências do dizer como estratégias persuasivas. Pelo exposto até aqui, vimos que as palavras modalizadas de modo segmental e/ou suprasegmental são “uma pedra no meio do caminho” dos sentidos do texto. Essas estruturas metaenunciativas refletem, assim, a superação de uma barreira (a falha constitutiva da linguagem) que precisa ser ultrapassada tanto por quem enuncia quanto por quem interpreta, para que a coerência textual seja, efetivamente, instaurada.

Dessa maneira, nossa principal hipótese é que existe no trajeto entre a transparência e opacificação da palavra um processo argumentativo complexo, visto que as escolhas enunciativas intencionais dão ao locutor a ilusão de controle do dizer e orientam o interlocutor para determinado “caminho de interpretação”, no qual o locutor simultaneamente se afirma e se defende de interpretações outras.

A esse respeito, Cavalcante e Brito (2017) explicam que as diferentes escolhas textuais que o sujeito faz sobre o seu dizer, reelaborando-o a todo instante, negociando-

o não apenas em função de seus (prováveis) interlocutores, mas também dos papéis sociais postos em cena durante as interações, são estratégias de persuasão.

Por isso, acreditamos que identificar e compreender a opacificação do dizer em sua realização na forma de uma não coincidência do dizer é uma atividade relevante, sobretudo por atender uma necessidade teórica dentro campo de estudos da Linguística Textual, a saber, investigar o caráter argumentativo das marcas de heterogeneidade enunciativa no texto.

Apresentaremos, assim, o estudo pioneiro de Fonseca (2011) sobre a relação entre as heterogeneidades enunciativas e as técnicas argumentativas da Nova Retórica, de Perelman e Tyteca (2005). O autor analisa as ocorrências de não coincidências do dizer em trinta artigos acadêmicos e trinta artigos de opinião, gêneros discursivos cuja sequência textual dominante é a argumentativa.

A primeira parte do estudo de Fonseca consistiu na identificação das estruturas de não coincidências do dizer no *corpus* selecionado. No total, foram localizados 143 eventos nos artigos acadêmicos e apenas 23 passagens nos artigos de opinião, diferença numérica explicada como uma consequência do domínio discursivo no qual esses textos circulam. Esses resultados apontaram para uma tendência maior de uso de estruturas de reflexividade metaenunciativa em artigos acadêmicos:

[...] os artigos de opinião, diferentemente dos artigos acadêmicos, não são tão propícios ao uso de expressões de não coincidências do dizer. Uma explicação possível pode ser a do domínio discursivo onde estes tipos de textos são veiculados: enquanto os artigos acadêmicos pertencem a um domínio onde há uma indefinição muito grande nos termos utilizados, portanto geradores de hesitação quanto à aplicação de um ou outro termo para definir um conceito, por exemplo, o artigo de opinião, por definição, deve exprimir uma argumentação em favor ou contra uma determinada tese, o que, em tese, obrigaria o seu autor a evitar expressões que possam denotar hesitação ou “medo” de enunciar seus argumentos e, conseqüentemente, conseguir a adesão à tese proposta. Nesse tipo de gênero o autor precisa, necessariamente, estar seguro de seu dizer para que o outro atenda e adira às suas proposições. (FONSECA, 2011, p. 146)

Uma vez localizados estes eventos discursivos, Fonseca (2011) verificou se estas expressões faziam ou não parte de um argumento e, em caso afirmativo, de que tipo de argumento. Depois disso, o estudioso procurou determinar qual a função argumentativa que cada expressão de não coincidência cumpria nos argumentos.

Com base em sua análise, Fonseca (2011) constatou que as não coincidências cumprem diversas funções discursivas concomitantemente, uma vez que estas funções: i) mostram que tipo de sujeito é o que enuncia; ii) revelam as intenções pragmáticas desse sujeito que quer convencer ou manipular; iii) revelam o nível de comprometimento do sujeito com aquilo que enuncia; iv) estabelecem acordos (no sentido da Retórica) para conduzir o discurso; v) mostram os processos inconscientes de análise do sistema linguístico dos quais o sujeito faz uso.

Desse modo, partimos das considerações já realizadas por Fonseca (2011) para dar início à nossa investigação sobre as estratégias argumentativas elaboradas com o uso de marcas de heterogeneidade mostrada, especificamente de não coincidências do dizer.

No âmbito da argumentação, nossa opção teórica é pela Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), proposta de Ruth Amossy (2007, 2017) segundo a qual a argumentação é um princípio constitutivo de qualquer discurso, já que todo texto tem como fundamento último atuar sobre o outro, modificando modos de pensar, ver e agir através de estratégias diversas.

A convocação da abordagem discursiva da argumentação proposta por Amossy se justifica na medida em que pode ser um veio de análise proveitoso para se pensar a constituição textual e discursiva da argumentação retórica a partir do que a própria autora conceituou como “dimensão argumentativa”, definida como uma propriedade constitutiva de todo discurso.

3. O gênero discursivo popularização da ciência

Nosso trabalho assume como objeto de análise vinte artigos de popularização da ciência publicados pela revista *Nova Escola* no ano de 2014. Todos os textos escolhidos pertencem à seção “Artigo” do periódico e são elaborados por pesquisadores que, grosso modo, refletem acerca de questões relacionadas ao ensino, tais como as possibilidades da introdução das tecnologias da informação e da comunicação ao processo formal de ensino-aprendizagem, os desafios da educação inclusiva, as novas tendências metodológicas na pedagogia do esporte etc.

Para Authier-Revuz (1998), o discurso de divulgação científica⁵ resulta da transformação de um discurso-fonte, caracterizado pela rigidez formal, pela terminologia técnica e pela metodologia científica, em um discurso segundo, que direciona o conhecimento produzido nas universidades e nos laboratórios para o grande público.

Para a linguista, a principal característica da Divulgação Científica (DC) é a autorrepresentação da heterogeneidade, visto que estes textos revelam os “bastidores da exploração” do discurso-fonte, mostrando-os sistematicamente através de estratégias diversas.

A título de exemplo de como esse descortinamento típico dos textos de popularização da ciência ocorre, trazemos o seguinte trecho retirado de um dos artigos analisados em nossa pesquisa:

(9) Este trabalho retoma um texto publicado e disponível na internet e traz novos exemplos e reflexões, centrados na leitura e na escrita nos meios de comunicação na prática de cultura letrada e cidadã. Ele não pretende dar um panorama completo dos saberes atuais sobre as práticas com computadores. Para isso, recorra ao artigo de Delia Lerner *A Incorporação das TIC à Aula* (2012, p. 23-88) (Grifos nossos. *Reescrever, editar e remixar na era digital: novos conteúdos?*, de Natalia Zuazo e Mirta Castedo, Revista *Nova Escola*)

Como podemos observar a partir dos grifos, o texto se realiza em torno de movimentos metaenunciativos que constroem o discurso de popularização da ciência como produto de outros discursos anteriores.

O locutor inicia a reflexão afirmando que seu texto retoma um texto anterior. A dialogicidade entre os dois textos é evidente, assim como a marcação da heterogeneidade enunciativa, pela revelação, em nota de rodapé no texto original, do texto-fonte que deu origem a essa nova produção.

⁵ Este trabalho assume, seguindo Becker (2013), a escolha do termo “popularização da ciência” por rejeitarmos a avaliação pejorativa subjacente à expressão “divulgação da ciência”, *vulgarisation scientifique* em francês. Se utilizamos este último termo em algum momento é só para retomar a terminologia utilizada por Authier-Revuz (1998) e Barbosa (2008).

Outro movimento metaenunciativo é o autorreconhecimento dos limites de exploração de conteúdo deste texto. Ao assumir, categoricamente, que não se pretende abordar os saberes atuais sobre as práticas de ensino com computadores, o enunciado reflete sobre si mesmo, esclarecendo eventuais dúvidas do interlocutor.

Ao reconhecer estes limites, o autor ainda reproduz um outro discurso, assumindo que os interesses do interlocutor por assuntos não tratados em seu texto podem ser encontrados na literatura científica da área, mais precisamente em um artigo científico.

Barbosa (2008) parte desta noção de DC (Divulgação Científica) como prática discursiva carregada de marcas de heterogeneidade e investiga as formas de marcação desta propriedade em textos do mesmo gênero nos periódicos *Nova Escola* e *Revista do Professor*. Em sua análise, a pesquisadora observa as diferentes formas de marcar a heterogeneidade mostrada a partir do produtor do texto (pesquisador, jornalista, professor etc.) e do interlocutor/leitor (pesquisador, público não especializado etc.).

As análises da pesquisadora revelaram que os discursos de divulgação científica das duas revistas examinadas eram construídos de modos diferentes, visto serem determinados por fatores como o lugar social do produtor do texto (pesquisador, jornalista, professor etc.), do interlocutor (pesquisador, jornalista, público não especializado etc.) e pela imagem do interlocutor que o locutor constrói (como mais ou menos especializado).

Desse modo, admitimos a existência de um *continuum* de discursos que tematizam a ciência (JACOBI, 1999, 1990, 1988, 1985 e 1984 *apud* BECKER, 2013) orientado pela relação entre produtor e receptor dos textos e que se constitui pelos discursos científicos primários (produções de pesquisadores a outros especialistas), pelos discursos didáticos (como os manuais de ensino científico) e pelo discurso de educação científica informal, de circulação mais ampla, dentro do qual se encontram os textos de popularização da ciência.

Os artigos analisados nesse trabalho, especificamente, encontram-se no limite entre o discurso científico primário e o discurso de educação científica informal, visto que os textos são produzidos por especialistas, mas são direcionados a professores do ensino básico. Desse modo, o conhecimento técnico produzido nas universidades é modalizado em um discurso mais acessível ao docente que deseja continuar sua formação ou atualizar-se acerca das novidades da sua área de atuação. É nesse

movimento de tradução que as heterogeneidades se manifestam de diversas formas, entre as quais destacamos as não coincidências do dizer.

Partindo do pressuposto de que as heterogeneidades enunciativas podem ser analisadas do ponto de vista discursivo-retórico, apresentamos no item seguinte as abordagens teóricas para o fenômeno da argumentação que serão utilizadas na nossa análise.

4. Abordagens teóricas para o estudo argumentativo do texto e do discurso

Nossas opções teóricas no âmbito da argumentação se concentram na proposta de Ruth Amossy (2017), para quem a argumentação é um princípio constitutivo de qualquer discurso, já que todo texto tem como fundamento último atuar sobre o outro, modificando modos de pensar, ver e agir através de estratégias diversas; nas reflexões de Perelman e Tyteca (2005) acerca da Nova Retórica, na leitura de Fiorin (2015) sobre essa proposta e nas funções discursivas sugeridas por Charaudeau e Maingueneau (2008).

Amossy (2017) se situa numa análise do discurso em interface com certas concepções da Retórica e da Nova Retórica, redimensionadas. A autora defende que os discursos, integrados em práticas sociais, apresentam uma dimensão argumentativa a eles associada e que, por outro lado, poucos têm realmente uma visada argumentativa, isto é, a defesa de um ponto de vista, visando à persuasão do outro a uma determinada tese.

Desse modo, todo discurso tem uma dimensão argumentativa porque já traz em si, inerentemente, um certo “olhar sobre determinado assunto ou objeto” e, dessa forma, já se opõe, mesmo que implicitamente, a outro posicionamento sobre o mesmo objeto.

Cavalcante *et al* (no prelo), entretanto, argumenta que a distinção entre dimensão argumentativa e visada argumentativa não se dá nas relações discursivas, pois, se todo discurso se contrapõe a outros discursos, não há possibilidade de só alguns defenderem um posicionamento.

Para esta autora, a diferença proposta por Amossy é mais apropriadamente estabelecida no âmbito das relações textuais, não discursivas, pois é somente pela organização composicional de um texto que se pode verificar se há uma estrutura

sequencial dominante, tal como descrita por Adam (2011), que aponta para a seleção e hierarquização de argumentos em direção a uma tese.

A Nova Retórica, proposta por Perelman e Tyteca (2005), fundamenta-se na concepção sociointeracional da linguagem, compreendida pela interação entre os interlocutores no processo de textualização. Os autores entendem a argumentação como o empreendimento enunciativo que busca convencer o outro a aceitar a tese proposta, valendo-se de estratégias diversas.

Visto, então, como uma prática social inerentemente humana e que emerge das situações de comunicação, o ato argumentativo leva o locutor a estabelecer um “contato intelectual” com o seu auditório, visando à adesão de determinada tese. Este contato é, por definição, a adaptação (no sentido retórico-argumentativo) linguística e discursiva do locutor em relação às dimensões socioculturais do(s) interlocutore(s).

Podemos afirmar que o uso de formas de heterogeneidades enunciativas colabora para essa adaptação. Por meio dessas formas metadiscursivas, o locutor pode, a qualquer momento, interromper o seu dizer para comentá-lo, adaptando-o ao auditório. Com isso, podem desempenhar um importante papel na construção argumentativa do texto, pois assinalam a heterogeneidade de vozes e adaptam o enunciado, de diferentes modos, ao interlocutor pela negociação dos sentidos.

Cria-se, desse modo, um jogo de esconde e revela, em que o sujeito põe o enunciado como objeto de sua própria enunciação. Essa inquietação frente ao próprio dizer se converte em uma tentativa de orientar a compreensão do interlocutor para determinado ponto de vista.

Em uma outra perspectiva teórica, inscrita em análises de discurso, Charaudeau e Maingueneau (2008) se utilizam das formas metadiscursivas das não coincidências do dizer para explicar as funções discursivas que tais marcas ajudam a realizar. Para os autores, estas marcas apontam para a tentativa do enunciador de conseguir a aprovação do coenunciador, podendo também recair sobre a fala deste para confirmá-la ou reformulá-la (“X, como ousa dizer” “se me permitem dizer”, “para dizer exatamente”, “quer dizer que...”). Para os autores, as não coincidências do dizer se prestam às seguintes funções discursivas:

Autocorriger-se: “eu deveria ter dito”, “mais exatamente”;
Corrigir o outro: “você quer dizer, na realidade, que...”;

Marcar a inadequação de certas palavras: “se se pode dizer”, “por assim dizer”;
Eliminar antecipadamente um erro de interpretação: “no sentido exato”, “metaforicamente”, “em todos os sentidos da palavras”;
Desculpar-se: “desculpe-me a expressão”, “se eu posso me permitir”;
Reformular o propósito: “dito de outra forma”, “em outras palavras”.
(CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 326)

Apresentaremos, no item seguinte, os resultados encontrados na análise empírica dos nossos dados para testar nossa hipótese de que é possível atribuir uma interpretação argumentativa para as coincidências do dizer. A análise foi realizada nas seguintes etapas: primeiramente, localizamos os trechos nos quais identificamos não coincidências do dizer; uma vez localizadas essas ocorrências, verificamos se a expressão de não coincidência do dizer fazia ou não parte do argumento e, em caso afirmativo, de que tipo de argumento. A partir daí, examinamos a relação entre as não coincidências e as funções discursivas propostas por Charaudeau e Maingueneau (2008).

5. Estratégias persuasivas da reflexividade metaenunciativa

Apesar de Authier-Revuz não tratar da relação entre heterogeneidade e argumentação, pois isso não era o seu propósito, pensamos que esse caminho é frutífero. Assim procedendo, realizamos a leitura dos textos de popularização da ciência que formam o nosso *corpus* e localizamos a presença de marcas de não coincidências do dizer a fim de analisá-las de um ponto de vista retórico e discursivo.

O trecho a seguir pertence ao artigo *Três desafios para uma educação inclusiva*, de Lino Macedo. Nesse texto, o autor defende a tese de que a diferenciação entre “culto” e “cultura” é o primeiro desafio para uma educação ser inclusiva. Objetivando sustentar seu ponto de vista, o autor recorre à alteridade e usa como argumentos as definições dadas por dicionários para os dois termos. A partir dessas definições, o autor toma para si uma ideia de “cultura” e encerra seu posicionamento:

- (10) Cultura, **em certo sentido**, todos temos, ou somos atravessados pelo modo como ela se expressa em nossa vida, ricos ou pobres, analfabetos ou alfabetizados. O oposto de cultura não é sem cultura, mas contracultura. (Grifo nosso. *Três desafios para uma Educação inclusiva*, de Lino Macedo, Revista Nova Escola online)

A não coincidência entre as palavras “em certo sentido” sugere, inicialmente, que a palavra modalizada, isto é, o termo “cultura” comporta uma heterogeneidade semântica que é reconhecida pelo locutor, uma alteridade marcada pelo indefinido “certa”. Por meio dessa marca de não coincidência do dizer, o locutor introduz, por um mecanismo intertextual de paráfrase, as definições dadas pelos dicionários ao termo *cultura*. Com esse contraponto ao ponto de vista discursivo do outro, o locutor faz sobressair o seu próprio ponto de vista. Todos os que vivem em sociedade são atravessados por um conjunto de práticas das mais variadas que se constituem como padrões de comportamento, atitudes e valores. Este ponto de vista fica ainda mais claro quando o locutor afirma, em outro momento do texto e sem a hesitação de uma pausa reflexiva, que “Cultura todos temos, cultos nem todos somos”.

Neste caso, a não coincidência do dizer trouxe a voz de um outro que diz que “cultura” não é exatamente aquela cultura de valores intelectuais, de padrões sociais ligados a arte e beleza. A cultura só é cultura em parte, “em certo sentido”. Dessa forma, com o auxílio de uma marca metalinguística de não coincidência entre as palavras e a referência, o locutor “reformula o seu propósito” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008) conduzindo o leitor a seu ponto de vista, ou seja, o de que todos têm cultura, sejam ricos ou pobres, não existe ninguém sem cultura, e prega a existência de uma contracultura. A não coincidência do dizer “em certo sentido” foi usada como uma estratégia de “defesa” para respeitar o dizer do outro, mas, ao mesmo tempo, para fazer valer seu argumento.

O trecho destacado abaixo pertence ao *artigo Reescrever, editar e remixar na era digital: novos conteúdos?*, de Natalia Zuazo, cientista política argentina e jornalista, especialista em Novas Mídias, e de Mirta Castedo, especialista argentina em Didática da Leitura e da Escrita, pesquisadora da Universidade Nacional de La Plata. Em linhas gerais, o texto problematiza as práticas de ensino-aprendizagem de escrita contemporâneas e assume uma orientação identificada com a exploração da escrita virtual em sala de aula. O trecho a seguir trata de uma reflexão das autoras acerca do conceito de “texto”:

(11) Em grande parte, as instituições se definem por seus textos e pelo uso particular da linguagem que cada uma desenvolve. Por isso, os textos não têm sentido a não ser no contexto das práticas em que são produzidos e circulam. **Talvez a última afirmação possa soar exagerada.** (Grifo nosso. *Reescrever, editar e remixar na era digital: novos conteúdos?*, de Natalia Zuazo e Mirta Castedo, Revista *Nova Escola*)

A marca de reflexão metaenunciativa, “*talvez a última afirmação possa soar exagerada*”, assinalada pelo termo metalinguístico *afirmação*, vem em defesa de um ponto de vista construído pelas locutoras, que antecipam uma reação dos interlocutores e se defendem disso ao comentarem que “pode soar exagerado” afirmar que os textos só fazem sentido dentro de uma prática, em contextos específicos de usos. Os locutores, antevendo isso, já se desculpam com seu interlocutor pelo eventual equívoco cometido e, com essa estratégia de preservação de face, ao mesmo tempo seduzem o interlocutor, tentando influenciá-lo com seu ponto de vista .

A próxima marca de não coincidência do dizer a ser analisada é um trecho do artigo *Contexto e contextualização nos processos de ensino e aprendizagem da matemática*, de Saddo Ag Almouloud, no qual o autor ressalta a importância de se apresentarem práticas de ensino de matemática desafiadoras, que tirem o aluno da sua zona de conforto e o façam construir conhecimentos na adversidade. Desse modo, o locutor desconstrói o pensamento pedagógico contemporâneo, que prega a ideia de que as práticas de ensino-aprendizagem devem tomar como ponto de partida a realidade social dos alunos:

(12) O educador não pode *vendre la mèche*, **como dizem os franceses. Quer dizer**, não deve entregar o ouro, o que não o impede de fornecer ideias que favoreçam o processo de aprendizagem da Matemática. (Grifo nosso. Artigo *Contexto e contextualização nos processos de ensino de aprendizagem da matemática*, de Saddo Ag Almouloud, revista *Nova Escola*, edição 270)

Recorrer a uma outra língua para se fazer entender seus propósitos enunciativos foi a estratégia utilizada pelo locutor no trecho acima. Além disso, ele se valeu da não coincidência entre os discursos “como dizem os franceses”, para realizar um segundo

movimento metaenunciativo com a introdução de uma expressão no modelo “Y, quer dizer, x”, que, aproximando-se da função de correção prevista por Charaudeau e Maingueneau (2008), traduz um período em outro mais adequado aos interlocutores falantes da língua portuguesa.

Ressaltamos, assim, a decisão do locutor em realizar essas duas metaenunciações reflexivas quando ele poderia ter optado por não recorrer ao ditado francês, utilizando-se apenas da sua tradução adaptada para o português. A nosso ver, essas escolhas enunciativas são sempre intencionais e argumentativamente orientadas.

Em caminho semelhante, está a estratégia adotada pelo locutor do caso abaixo:

(13) O bebê e a criança até 3 anos são "*pequenos cientistas*", **como se diz popularmente**. (Grifos nossos. *O ponto de virada na Educação de crianças de até 3 anos*, de Maria Paula Zurawski, Revista *Nova Escola*, edição 277)

O trecho pertence ao artigo “O ponto de virada na educação de crianças de até 3 anos”, de Maria Paula Zurawski. Nesse texto, a autora defende a tese de que a Educação Infantil precisa se adaptar às especificidades de cada faixa etária, proporcionando a construção de conhecimentos em um ambiente que privilegie a convivência entre os bebês e as crianças pequenas.

Primeiramente, deve-se compreender o aspeamento da expressão “pequenos cientistas” como uma estratégia utilizada pelo locutor na intenção de mostrar que a expressão utilizada não comporta o sentido que ele quer revelar. Deste modo, ele, como diriam Charaudeau e Maingueneau, “elimina antecipadamente um erro de interpretação: no sentido exato, metaforicamente.” (2008, p. 326).

É preciso atentar para o fato de que o enunciador, na não coincidência entre os discursos, “como se diz popularmente”, não se assume completamente. O uso da expressão “como se diz popularmente” imprime ao texto uma tentativa de manter o acordo prévio da argumentação: o de manter o diálogo aberto para o debate de ideias e, mais ainda, trazer o interlocutor para o seu lado e conseguir a sua adesão. É como se o locutor pensasse assim: “você compartilha comigo o conhecimento em comum de que as crianças são como cientistas, que experimentam e testam tudo que está ao seu redor”.

Assim, nota-se que na escolha de certas expressões, em detrimento de outras, o locutor vai construindo a sua visada argumentativa, em um jogo de esconde-revela. Ao mesmo tempo em que se distancia do seu dizer, no uso de expressões de não

coincidências do dizer, ele se coloca em uma situação de conforto, uma vez que se protege de qualquer acusação ao atrair o interlocutor para a sua teia.

Como visto pelas análises empreendidas, o ato modalizador é persuasivo porque inscreve a subjetividade na linearidade da superfície textual e, desse modo, manifesta a condução argumentativa que o locutor tenciona dar ao texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise que empreendemos, observamos que, utilizando-se as marcas das não coincidências do dizer, o locutor vai imprimindo no enunciado a maneira como os usos devem ser interpretados, negociando a dimensão argumentativa que vai sendo construída no texto. A escolha das formas de significar e de manifestar referentes no jogo polifônico das não coincidências do dizer é fundamental para os acordos e desacordos que se estabelecem na construção colaborativa da argumentação no texto.

Constatamos, pela análise do exemplário, que o que existe no trajeto entre a transparência e a opacificação da palavra não é apenas um movimento de laçada reflexiva que complexifica o sentido – isto, a nosso ver, é apenas uma parte do percurso – mas, sim, um processo argumentativo, visto que as escolhas enunciativas intencionais dão ao locutor a ilusão de controle do dizer e orientam o interlocutor para determinado “caminho de interpretação”, no qual o locutor simultaneamente se afirma e se defende de interpretações outras. O que há nesse *continuum* limitado em seus extremos pela transparência da palavra de um lado e pela opacificação do sentido no outro é uma atividade argumentativa complexa, em que identificar e compreender a opacificação do dizer em seus diferentes modos de realização no texto é participar do jogo persuasivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J-M. A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Graça Soares Rodrigues, João gomes da Silva Neto, Luis Passeggi, Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMOSSY, R. Apologia da polêmica. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido. Edipucrs, 2004.
- _____. Algumas considerações sobre modalização autonímica e discurso outro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, jun. 1999, p. 7-30.

- _____. Palavras incertas: as não-coincidências do dizer. Campinas/SP: Unicamp, 1998.
- _____. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas (SP), n.19, dez. 1990, p.25-42.
- BARBOSA, M. S. M. F. 2008. As Heterogeneidades Discursivas em revistas de Divulgação Científica. Natal, RN. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 278 p.
- BECKER, J. P. L. 2013. O indiciamento de graus de popularização da ciência pela Referenciação e pelo Discurso Relatado. São Leopoldo, RS. Tese. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 213 p.
- BRITO, M. A. P. 2010. Marcas linguísticas da interpretação psicanalítica: heterogeneidades enunciativas e construção da referência. Fortaleza, CE. Tese. Universidade Federal do Ceará – UFC, 213p.
- _____. O uso argumentativo das não coincidências do dizer. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 14, p. 207-229, 2016.
- CAVALCANTE; M.M; PINTO, R. Polêmica e argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. (no prelo)
- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. As marcas de heterogeneidade como efeito argumentativo-retórico dos jogos alusivos. 2016. In: XXVI Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste, 2016, Recife.
- CAVALCANTE, M. M; BRITO, M. A. P. Linguística textual e as Heterogeneidades Enunciativas. In: CAPISTRANO JÚNIOR, R.; LINS, M. P. P.; ELIAS, V. M. Linguística Textual: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador, 2017.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. Dicionário de Análise do Discurso. São Paulo: Contexto, 2004.
- FIORIN, José Luiz. Argumentação. São Paulo: Contexto, 2015.
- FONSECA, C. M. V. 2011. Uma abordagem retórico-argumentativa para as não coincidências do dizer. Fortaleza, CE. Tese. Universidade Federal do Ceará – UFC, 194p.
- FONSECA, C.M.V. 2007. Escavando o discurso e encontrando o sujeito: uma arqueologia das heterogeneidades enunciativas. Fortaleza, CE. Dissertação. Universidade Federal do Ceará – UFC, 225 p.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2016
- PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação – A Nova Retórica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.
- REY-DEBOVE, J. Le métalangage. Paris: Le Robert, 1978.
- Os exemplos retirados de textos da revista Nova Escola encontram-se disponível no endereço eletrônico: <http://revistaescola.abril.com.br>